

O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO RONDONIENSE REVISITADO: DA COLÔNIA AO GOLPE DE 1964

The formation process of the territory of Rondônia revisited: from colonial times to the military
coup d'etat of 1964

Murilo Mendonça Oliveira de Souzaⁱ
Universidade Estadual de Goiás

Vera Lúcia Salazar Pessôaⁱⁱ
Universidade Federal de Uberlândia

Resumo

A dinâmica territorial do atual estado de Rondônia envolveu, assim como no Brasil de forma geral, um processo violento e desigual para seu estabelecimento. Uma grande quantidade de etnias foi exterminada e vários outros grupos foram expropriados no antigo território do Guaporé. Isto ocorreu no âmbito da busca de escravos índios e das drogas do sertão, inicialmente, e da borracha e de minérios, posteriormente. Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo geral compreender a dinâmica da formação territorial do atual estado de Rondônia, entre o período colonial e a Revolução de 1930.

Palavras-chave: Rondônia; dinâmica territorial; ciclo da borracha.

Abstract

In the territorial dynamics of Rondônia state was involved a violent and differentiated process. A considerable number of Indian societies were exterminated e several other groups were depredated on first called Guaporé Federal Territory. This process was undertaken to seek Indian slaves and the *Drogas do Sertão*, at first, and the rubber and precious metals later. Considering this context, the present paper intends to comprehend the territorial formation dynamics of Rondônia state, between the colonial period and the revolution of 1930.

Keywords: Rondônia state; territorial dynamics; rubber Ciclo.

INTRODUÇÃO

O processo de formação territorial brasileiro tem, na sua mais remota lembrança, o controle da terra e a expropriação de seu povo como fundamentos. Desde que aqui aportaram os conquistadores europeus, o principal objetivo que permeou a idéia de Brasil foi a manutenção do domínio sobre as terras apropriadas e a escravização do maior número possível de *não-civilizados*, sejam índios da terra ou negros tangidos do continente africano. Partindo desta concepção, o território brasileiro foi pensado, inicialmente, como área de exploração de riquezas naturais. Esta perspectiva não durou, entretanto, muito mais que trinta anos. Passou-se, então, no contexto do capitalismo comercial, à exploração agrícola das terras conquistadas. É a partir daí, mais claramente,

que se inicia a configuração do território apresentado, atualmente, como Brasil.

No âmbito desta concepção, a construção do território brasileiro foi direcionada, via de regra, por uma reduzida elite que pensou o território primordialmente como um *desenho*. Um desenho porque o objetivo central foi o de controlar um determinado recorte espacial, sem se preocupar, em momento algum, com o conteúdo histórico e humano pré-existente neste território. O sentido era o de controlar a base material. Primeiramente controlado pela metrópole e depois por seus herdeiros, o Brasil foi imaginado como um pedaço de terra a ser dominado e, se possível, expandido.

De forma geral, o que existia era um largo território físico, com riquezas conhecidas e imaginadas, que deveria ser defendido das outras nações e da própria população,

autóctone, africana e, posteriormente, também dos imigrantes pobres europeus. Em uma palavra, não existiu, em momento algum, a intenção de se construir uma sociedade. Objetivava-se, por outro lado, o controle das terras e riquezas e a exploração da população pobre como mão-de-obra para a ocupação e transformação do espaço. Esse é o contexto no qual entendemos, primordialmente, a formação territorial do país, ou seja, como um território sendo constantemente expropriado e defendido de sua própria população.

Inserida neste tecido maior, a Amazônia não passou por um processo muito diferente do que este do território brasileiro como um todo. Historicamente, a população indígena da região amazônica foi escravizada, expropriada e, não raramente, massacrada. As comunidades indígenas amazônicas, desde o período das *drogas do sertão*¹, quando não foram exploradas pelas ordens jesuítas, o foram pelos governantes, bandeirantes ou por outros colonizadores. Já no Império e na República, com o ciclo da borracha, além da exploração de índios e caboclos locais, foram tangidos para a Amazônia, segundo dados aproximados levantados por Santos (1980), mais de 500 mil nordestinos. Estes, que já eram explorados em sua região de origem, nos seringais amazônicos tornaram-se *escravos de si mesmos*, pois abandonados em um ambiente estranho ao seu modo de vida, trabalharam isolados na floresta para o enriquecimento de alguns poucos seringalistas.

Foi nesta mesma base, de formação do território brasileiro e amazônico, que ocorreu também a formação do atual território rondoniense. As terras que constituem o atual estado de Rondônia foram, primeiramente, tomadas ao índio por seringalistas.

Posteriormente, o próprio Estado e o capital expropriaram não somente o índio, como também o garimpeiro, o posseiro, o seringueiro, o ribeirinho, entre vários outros. As terras do estado permaneceram, historicamente, sob o controle de uma oligarquia regional. A esta oligarquia foram associadas grandes empresas do capital nacional e internacional, que exploraram não somente a população autóctone como também os recursos ambientais.

Esse processo, historicamente excludente, resultou em uma infinidade de conflitos pela posse da terra em Rondônia. Tais conflitos vitimaram, invariavelmente, as populações indígenas e aquelas transplantadas para o estado durante todo seu processo de formação territorial. E ao iniciar o século XXI, latifúndios e conflitos persistem em todos os cantos do estado. A luta pela terra promoveu o assentamento de um número relativo de trabalhadores rurais sem-terra. No entanto, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) estima que este grupo ainda constitua um exército de mais de 20 mil famílias (CPT/RONDÔNIA, 2009).

Nesse contexto, entendemos que o processo de apropriação do espaço no país de forma geral e, especificamente, em Rondônia, é reflexo do processo de formação histórico-geográfico do Brasil. Seguindo essa concepção, para a compreensão da dinâmica de ocupação do território rondoniense, propomos uma contextualização do processo de formação territorial desse estado entre os séculos XVII e XX. Para isto, pressupomos que a ocupação do espaço agrário em Rondônia é resultado de um *constructo* histórico-geográfico, do qual devem ser considerados os aspectos materiais e simbólicos, objetivos e subjetivos. Nas

palavras de Moraes (2000, p. 59): “[...] a formação territorial articula uma dialética entre a construção material e a construção simbólica do espaço, que unifica num mesmo movimento processos econômicos, políticos e culturais”.

A partir de uma adaptação dos períodos de ocupação do espaço amazônico estabelecidos por Becker (2006) propomos, ainda, para instrumentalizar nossa análise, um recorte temporal que compreende dois grandes períodos da história brasileira. O primeiro (1616-1930), relativamente longo, é considerado um período de ocupação do território brasileiro como um todo e do estado de Rondônia de forma particular. O ano de 1616 marca uma ação concreta da Corte portuguesa no sentido de garantir a posse do território amazônico a leste de Tordesilhas e de avançar além desta. A expulsão de holandeses e franceses da foz do rio Amazonas promoveu o início de uma nova fase na conquista portuguesa em território brasileiro. Foi esse avanço português além de Tordesilhas que permitiu a futura delimitação do território rondoniense sob domínio da Coroa lusitana. Daí a importância de se compreender o processo através do qual, lentamente, os invasores portugueses foram ameandando terras, conquistando povos e riquezas, na Amazônia de forma geral e em Rondônia, especificamente.

O segundo período (1930-1964), bem mais curto que o anterior, é importante no sentido de ter sido a fase de planejamento inicial de ocupação do território rondoniense, com destaque para o período Vargas. Esse período definiu a opção brasileira pela indústria e pelo urbano. Houve, então, um esforço para minar o poder das oligarquias regionais e constituir um poder central que

realmente tivesse o controle do Estado, não de forma fragmentada como ocorria até 1930. É neste período, mais especificamente em 1943, que o atual estado de Rondônia foi definido inicialmente, com a criação do Território Federal do Guaporé. Fatores como a produção de borracha para a Segunda Grande Guerra e a produção de minérios, com destaque para a cassiterita, definiram a dinâmica de ocupação do território rondoniense durante o período apresentado. Juntamente com a necessidade de controle das fronteiras, tais fatores foram responsáveis pela constituição e conformação do atual estado de Rondônia.

É a partir desse contexto, que o trabalho aqui apresentado tem como objetivo geral compreender a dinâmica da formação territorial do atual estado de Rondônia, entre o período colonial e o golpe de 1964. Para isto, metodologicamente, buscamos reunir um largo referencial teórico, em especial, ligado à formação específica do território rondoniense. No âmbito desse arcabouço teórico destacamos o trabalho do Padre Vitor Hugo, *Os Desbravadores*, a partir do qual retornamos simbolicamente aos conflitos iniciais para constituição do território rondoniense. Complementarmente, realizamos um levantamento documental em alguns Centros de Documentação do estado de Rondônia, nos quais encontramos extensa coleção de jornais (como o *Alto Madeira*, com primeira edição em 1917) e documentos governamentais.

Para além das referências teóricas e documentais, realizamos um trabalho de campo exploratório na área aqui retratada durante alguns meses de 2008 e 2009. Esta imersão em campo foi, certamente, imprescindível para conferir a concretude das idéias refletidas, pois nela tivemos contato com

peças e grupos sociais que vivenciaram parte dos períodos aqui retratados. Esperamos, com isto, contribuir para a análise acadêmica do processo de formação do território rondoniense, assim como, para instrumentalizar movimentos sociais em sua luta cotidiana pela conquista da liberdade verdadeira.

ENTRE A COLÔNIA E A REVOLUÇÃO DE 1930: A OCUPAÇÃO INICIAL DO TERRITÓRIO RONDONIENSE

ÍNDIOS, BANDEIRANTES, MISSIONÁRIOS E ASDROGAS DO SERTÃO

Entre os interesses envolvidos na delimitação do território rondoniense é importante destacar a preocupação da Coroa portuguesa com a conquista e manutenção da maior parte possível da região amazônica. Assim como para o território brasileiro de forma geral, diversas estratégias foram pensadas e arquitetadas, especificamente, para o domínio da área de abrangência do *grande rio*. Em *À margem da história* Euclides da Cunha (1999) relata com eloquência o fascínio representado pela região amazônica no imaginário dos conquistadores europeus. Não somente portugueses e espanhóis, como também franceses, belgas, holandeses, ingleses, estiveram desde o século XVI interessados nas possíveis riquezas existentes na Amazônia. Durante o primeiro século da conquista portuguesa, entretanto, a região permaneceu relativamente inexplorada. Apenas viajantes como Francisco de Orellana, Pedro Teixeira e o Barão de Von Humboldt destacados por Smith (1990), e um pequeno número de colonos aproximaram-se dos segredos da floresta. É somente a partir do

século XVII que os portugueses irão se preocupar definitivamente com a conquista e defesa da Amazônia.

O mais significativo marco do interesse português no vale amazônico foi, provavelmente, a expulsão dos holandeses do Maranhão em 1616 e a conseqüente fundação do Forte do Presépio de Santa Maria de Belém, na embocadura do rio Amazonas. Foi a partir desse momento que a Coroa portuguesa passou a se preocupar, de fato, com a conquista e manutenção do componente amazônico do território brasileiro. Até então, índios já eram escravizados e riquezas naturais já eram exploradas, mas foi neste momento que a Coroa portuguesa iniciou seu apoio efetivo a tais atividades. Foi por influência desta iniciativa, também, que o atual estado de Rondônia tornou-se alvo da conquista portuguesa além das terras estabelecidas pela linha de Tordesilhas.

A conquista dos vales dos rios Guaporé-Mamoré e Madeira, que hoje em dia delineiam Rondônia, ocorreu, baseada na ação dos sertanistas/bandeirantes (que buscavam riquezas – especialmente ouro aluvial – e escravos índios) e dos missionários de diferentes ordens, em especial os jesuítas. Sertanistas e missionários viveram, sob a tutela da Coroa, uma relação que foi da ajuda-mútua à agressão declarada. Mas, foram esses atores que, dialeticamente, se responsabilizaram pela ocupação rondoniense. Enquanto os primeiros buscavam riquezas minerais e naturais e, principalmente, a preação de indígenas, os missionários tinham como principal objetivo *salvar* a alma dos povos autóctones.

As bandeiras de exploração ou reconhecimento tiveram grande importância na delimitação do território do atual estado de

Rondônia. A primeira bandeira a ser considerada, na ocupação desta área, é a bandeira paulista de Antônio Raposo Tavares. Esse bandeirante buscava reconhecer o oeste do território colonial pretensamente português e, ao mesmo tempo, procurar riquezas naturais e capturar índios.

Em 1647 uma bandeira chefiada por Antônio Raposo Tavares partiu da antiga vila de São Paulo percorrendo os sertões brasileiros e os altiplanos bolivianos até descer pelo rio Mamoré penetrando no Madeira pelos fins de 1650, sendo esta a primeira vez que se têm notícias de exploração de todo o curso do rio Madeira e regiões adjacentes. (CUNHA, 1985, p. 14).

A expedição de Raposo Tavares foi determinante para o estabelecimento das fronteiras que, em 1750 pelo Tratado de Madri, foram previamente consolidadas. Por outro lado, foi também responsável pela escravização de grande quantidade de índios e destruição de missões religiosas, em especial, as espanholas que realizavam um gradativo processo de avanço no sentido do vale do rio Guaporé-Mamoré. Entre essas missões, as mais atingidas foram aquelas ligadas ao padre jesuíta espanhol Samuel Fritz, que era profundo conhecedor da região e organizador de 16 missões nas proximidades do vale do Guaporé. Alguns historiadores (com destaque para Jaime Cortesão) consideram esta expedição de Antonio Raposo Tavares, como sendo a principal ação para a construção do desenho representativo do território brasileiro. Como assinalou Vitor Hugo sobre a expedição de Tavares, “[...] o fato é que *Tordesilhas* fora violado *Manu Militari* pelos bandeirantes de S. Paulo. Em meados do séc. XVI se tinham

tornado evidentes as intenções de Lisboa de cantar a Cruz ao longo do rio Guaporé” (HUGO, 1959, p. 66).

Outra expedição, de Francisco de Melo Palheta, teve papel determinante para a ocupação do futuro território rondoniense. Palheta saiu de Belém em 1722, atingindo a foz do rio Jamari, afluente do Madeira, em 20 de junho de 1723. Alcançou a Bolívia, na busca de justificar a posse portuguesa da região (TEIXEIRA, 1996). A cargo da Coroa portuguesa, essa expedição foi realizada, a partir da foz do Madeira, juntamente com os missionários jesuítas. Mas nem por isso, a expedição deixou de matar grande quantidade de índios em todo o caminho percorrido. Abreu (1963), relatando a viagem de Palheta descreve o processo pelo qual índios foram sendo capturados ou adestrados pelos missionários. Mesmo depois de estabelecidos na vila de Santo Antônio das Cachoeiras (base primeira da cidade de Porto Velho), com o objetivo de ocupar a região através da constituição de missões, marchavam para o interior na busca violenta por populações indígenas.

A expedição de Palheta teve o apoio dos missionários estabelecidos na foz do rio Madeira. Estes missionários constituíram a primeira vila que, partindo da foz do rio Amazonas, teve na sua base as ordens religiosas, em especial, a ordem dos jesuítas. Em 1669, de acordo com Silva (1991), foi fundada a aldeia de Tupinambarana (ou Abacaxis), na foz do rio Madeira. A partir dessa aldeia, iniciam a subida por este rio, catequizando índios e criando outras aldeias. Vale lembrar que, de acordo com Teixeira (1996), em 1718 já estavam estruturadas em toda a Amazônia, 51 aldeias organizadas e

administradas pelos missionários.

No princípio do século XVIII as atividades missionárias do Rio Madeira estavam concentradas em Abacaxis. Mas, em 1714, já se mantinham aldeias domesticadas nas enseadas dos rios Canumã, Andirás, Acuriatós e entre os rios Guarinamá, na fronteira do atual Território Federal de Rondônia com o estado do Amazonas. (HUGO, 1959, p. 25-26).

Também no século XVIII, após a divisão da Amazônia em territórios de missões, o padre João Sampaio fundou uma aldeia nas imediações da foz do Jamari, na região que hoje abrange o estado de Rondônia (TEIXEIRA, 1996). Essa aldeia foi fundada a partir da expedição de Palheta, já referida, que contou com a colaboração dos padres jesuítas, em especial do padre Sampaio. É válido destacar que tanto as expedições sertanistas ou militares, como as missões religiosas tiveram papel determinante na delimitação da parte amazônica do território brasileiro. No entanto, é também imprescindível que seja feita uma reflexão sobre a dinâmica por meio da qual a ocupação do território rondoniense ocorreu.

“Desde 1640, dissemos, as águas do Madeira eram singradas, tendo em vista as drogas e a *peça humana*, isto é, o índio” (HUGO, 1959, p. 36). Foram determinantes para a ocupação do atual espaço rondoniense, a busca pelas drogas do sertão, riquezas minerais (em especial o ouro) e por índios (escravizando ou *domesticando*), tanto por missionários como por expedições bandeirantes. As aldeias jesuítas foram as principais responsáveis pela exploração e comércio das drogas do sertão. Os índios *domesticados*, profundos conhecedores das matas amazônicas, constituíam a mão-de-

obra ideal na busca das especiarias demandadas pelos europeus. Como destaca Moraes (2000), o braço indígena foi o alicerce que constituía o componente básico da vida econômica na colônia. Para o vale dos rios Madeira e Guaporé-Mamoré essa mão-de-obra foi especialmente importante, pois ali se encontrava grande variedade de especiarias, com destaque para o cacau, nativo da região.

Nesse contexto, desde meados do século XVIII, os vales dos rios Guaporé-Mamoré e Madeira vinham sendo percorridos e ocupados por missionários jesuítas que, ao consolidarem suas aldeias, tornavam-se os principais fornecedores das drogas do sertão. Havia também, nas missões, um processo produtivo parcialmente desenvolvido. Os índios, também conhecedores de técnicas de agricultura, plantavam arroz, mandioca, batata, entre outras culturas. Essas aldeias, além de se auto-sustentarem, permitiam aos jesuítas auferirem relativos lucros. Por outro lado, as aldeias missionárias tornaram-se, também, os principais alvos dos sertanistas que buscavam capturar e escravizar os índios. Depois de convertidos e *amansados* pelos religiosos, os índios tornavam-se as presas preferidas dos bandeirantes.

Os escravos capturados eram demandados, especialmente, no baixo Amazonas e Maranhão, onde se desenvolviam, desde o início do século XVII, atividades como a pecuária e as lavouras de algodão, tabaco e cana-de-açúcar. Esse processo foi responsável por verdadeiros massacres de diversas etnias indígenas na Amazônia de forma geral e, especificamente, no território rondoniense. A violência foi, nesse contexto, a tônica de todo o processo de ocupação de Rondônia. E os primeiros a serem expropriados e massacrados

foram as diversas comunidades indígenas que viviam no território conquistado.

As missões jesuítas constituíram, em território rondoniense, algumas vilas e promoveram a constituição embrionária de um grupo caboclo de agricultores/extrativistas. Havia já no final do século XVIII o desenvolvimento de atividades agrícolas, em especial, no vale do Guaporé-Mamoré, onde se plantava arroz, mandioca e outros produtos de subsistência. Essa população cabocla, insipiente, concentrava-se ainda na extração da borracha, que até meados do século XIX constituíam os principais fornecedores desse produto. No último quarto do mesmo século ocorreram, contudo, profundas transformações na exploração da borracha em todo o vale amazônico, com a participação de grande quantidade de índios e trabalhadores vindos de outras regiões, em especial, do Nordeste. A borracha se torna, a partir daí, um dos principais produtos comercializados pelo Brasil. Isso custou também a vida de uma infinidade de pessoas. Considerando a importância do período da borracha para a formação do atual território de Rondônia, este será um item específico, apresentado a seguir.

A ECONOMIA DA BORRACHA NA FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO RONDONIENSE

Existem registros da utilização da borracha, entre comunidades indígenas, muito antes da ocupação européia na região amazônica. Desde o século XVI esse produto já compunha, juntamente com diversas outras especiarias, as *drogas do sertão*. Apesar de já ter sido difundida na Europa, desde 1745, pelo francês La Condamine, a borracha não

despertava interesse especial por parte dos colonizadores europeus (WEINSTEIN, 1993). A partir das duas primeiras décadas do século XIX, entretanto, a borracha passou a ser comercializada de forma específica. Utilizada como impermeabilizante para botas e outros materiais na Europa, a borracha passou a ser requerida com mais frequência. Foram sendo descobertas, a partir desse momento, uma diversidade de aplicações para a borracha nos países europeus. Prado Jr. (1974) lembra, por exemplo, a utilização da borracha em vestimentas impermeáveis obtidas por Charles Mackintosh, em 1823, através de sua dissolução em essência de hulha.

A verdadeira revolução quanto à utilização da borracha ocorreu, no entanto, a partir da descoberta do processo de vulcanização em 1842, por Goodyear (Estados Unidos) e Hancock (Inglaterra). A combinação da borracha com enxofre lhe deu flexibilidade e estabilidade, tornando-a resistente às variações de temperatura. Dessa forma, o produto passou a ser largamente utilizado na indústria, destacadamente, no revestimento dos aros de rodas de veículos (PRADO JR, 1974). Já nos primeiros anos da década de 50 (século XIX) o automóvel difundiu-se largamente em toda a Europa e a borracha amazônica entrou em um período de demanda crescente.

O vale amazônico de forma geral e, os vales do rio Madeira e Guaporé-Mamoré do atual território rondoniense, foram rapidamente inseridos nessa nova perspectiva econômica. Considerando todo o espaço produtivo amazônico, em 1827 haviam sido exportadas 31 toneladas de borracha, sendo que algumas décadas depois, em 1880, o volume exportado atingiu 7.000 toneladas do

produto e 17.000 em 1887 (PRADO JR, 1974; SANTOS, 1980). Esse crescimento ocorreu, principalmente, devido ao grande afluxo de mão-de-obra nordestina, fator que era limitante da produtividade da borracha. A transumância amazônica, durante o ciclo da borracha, foi possibilitada basicamente pela seca que expulsou a população nordestina por vários anos seguidos.

Embora as ligações do Nordeste com o extremo-norte já remontassem ao período colonial, a terrível seca que assolou aquela área no ano de 1877, nos dois seguintes e, posteriormente, em 1888 e 1889 forçou a saída de milhares de sertanejos, que se dirigiram para a Amazônia, uma vez que ela estava cheia de seringais nativos, a borracha era cada vez mais procurada e o sistema econômico do Nordeste não tinha condições de absorver essa mão-de-obra excedente. (OLIVEIRA, 1983, p. 226).

Especificamente, nos vales dos rios Madeira e Guaporé-Mamoré que, atualmente, delimitam o estado rondoniense, a borracha já vinha sendo explorada desde a primeira metade do século XIX, criando um modo particular de existência e relações sociais e políticas. A estrutura de extração da borracha, da seringueira e do caucho, entre 1850 e 1870, convivia e aproximava-se bastante da coleta geral das demais *drogas do sertão*. As características de produção e valorização do espaço seguiram, via de regra, aquelas gerais da exploração da borracha em todo o vale amazônico. O ciclo da borracha, que se revestiu de extrema importância para a dinâmica territorial de Rondônia, pode ser delimitado, de forma aproximada, em dois períodos principais: Seringal Caboclo (1850-

1870) e Seringal do Apogeu (1870-1912).

Os grupos locais, tapuios e caboclos, envolvidos na coleta da borracha estavam organizados no *Seringal Caboclo*, que tinha na sua estrutura básica o sítio de seringa, com base na mão-de-obra familiar local e nas relações comerciais itinerantes, com o regatão (TEIXEIRA, 1996). Esses seringueiros possuíam uma relação mais livre no âmbito do processo produtivo e de comercialização. Alguns seringueiros caboclos, em Rondônia, coletavam também o óleo de copaíba, a castanha e o cacau. Conformou-se, nesse curto período, uma produção de subsistência com base na extração de especiarias e da borracha. Vale ressaltar que nessa fase ainda era relevante a relação produtiva com as missões religiosas, estabelecidas no vale dos principais rios da região.

Conforme descreve Teixeira (1996), em 1871, quando a chegada de migrantes nordestinos já começava a acelerar-se, os missionários franciscanos fundam no rio Preto, um afluente do rio Machado (afluente este do rio Madeira, que adentra o território rondoniense), a povoação *Missões de São Francisco*. Nessa missão foi organizada uma vila, com casas e ruas. Os moradores dessa missão realizavam, além da extração do látex, a coleta de outros produtos, principalmente, cacau e castanha.

[...] em breve, viu-se na missão uma vila de 46 famílias, mas de tribos e línguas diferentes, num total de 135 índios. Havia sido construídas 55 boas casas, formando uma rua de 200 metros, além de outras casas pequenas, servindo para fornos e outros serviços. Casas de taipa, todas com janelas e portas, e quase todas cobertas de telhas. Não faltava o

edifício onde funcionar a escola pública. Os jovens de 8 a 25 anos sabiam ler, escrever, fazer contas, e praticavam bem a Santa Religião, pois eram administradas de 4 a 5 horas de aula por dia. O povoado ocupava-se sobretudo no plantio da cana, batata e milho. Os índios trabalhavam no corte da seringa, extraíam óleo de copaíba, faziam telhas, trabalhos em madeira para o interior das casas, e construíam canoas que vendiam em troco de mercadorias e armas finas e inglesas, pois só queriam objetos provadamente eficientes. (HUGO, 1959, p. 159-161).

O verdadeiro *boom* da produção de borracha no estado ocorreu, entretanto, entre 1870 e 1912, com base no *Seringal do Apogeu*. Esse processo produtivo estava organizado na colocação, no trabalho individual importado e comércio fixo, controlado pelo barracão (TEIXEIRA, 1996). No início desse período, grande quantidade de nordestinos procedentes do Amazonas alcançam o vale do rio Madeira e, conseqüentemente, os vales do rio Abunã, rio Machado, rio Preto, rio Jamari, rio Jaci-Paraná e rio Mutum-Paraná, todos afluentes do primeiro (LOPES, 1983). Esses migrantes, originários em especial, do estado do Ceará, fugiam da seca que assolou o semi-árido durante todo o quarto final do século XIX. É importante deixar claro, fugiam também de uma estrutura agrária comandada por uma pequena oligarquia regional. Ou seja, viam na migração para a Amazônia uma chance de escapar da seca e de, ao mesmo tempo, ter acesso à terra. Desejo que foi frustrado, pois a partir de 1891, como escreve Souza (2002), a Constituição promove uma concentração de terras ainda maior nas mãos da oligarquia agrária, tornando as terras indígenas devolutas e rateando-as entre as

oligarquias regionais mato-grossenses e amazonenses.

O território do atual estado de Rondônia não é uma das regiões de destaque na produção de látex durante o ciclo da borracha. O vale amazônico e regiões do atual estado do Acre e Bolívia tiveram uma produção total bem mais elevada. Esse ciclo econômico, contudo, foi extremamente importante na organização agrária territorial do estado, sendo que ainda hoje podem ser sentidos seus reflexos.

A principal e mais relevante herança do ciclo da borracha para Rondônia foi, sem dúvida, a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM) e suas conseqüências para a dinâmica territorial do estado. A construção da EFMM foi proposta, inicialmente, em 1878. A empresa americana P.T. e Collins foi contratada em fevereiro de 1878 para iniciar a construção da ferrovia que deveria ligar Guajará-Mirim e Porto Velho em três anos. No dia 4 de julho do mesmo ano a empresa entregou seus primeiros três quilômetros de trilhos. Contudo, já em 19 de agosto de 1879, com apenas 7 quilômetros de linhas inauguradas, os americanos abandonaram a obra (CUNHA, 1985). Alegaram a impossibilidade de construção da ferrovia devido ao alto custo para derrubada da floresta e, principalmente, ao grande número de trabalhadores mortos, por doenças ou ataques indígenas.

A construção da ferrovia somente foi acordada novamente a partir do Tratado de Petrópolis, assinado em 17 de novembro de 1903. Uma das cláusulas do tratado obrigava o Brasil a construir uma linha ferroviária ligando Porto Velho e Guajará-Mirim, na fronteira com a Bolívia. A construção, no entanto, começou apenas em 1907 quando o empresário norte-

americano Percival Farquhar contratou os serviços da empreiteira americana May - Jekill and Randolph que, após 6.500 trabalhadores mortos, conseguiu, em 30 de abril de 1912, finalizar os trilhos da Ferrovia Madeira-Mamoré (TEIXEIRA, 2008). Nas margens da ferrovia surgiram diversas vilas que tiveram grande importância no processo de ocupação do atual estado de Rondônia, cumprindo importante papel na formação da identidade rondoniense.

A ferrovia possibilitou a criação de uma identidade própria ao território compreendido entre os vales do Madeira e do Mamoré e essa identidade foi uma das bases para a criação futura do Território Federal do Guaporé, posteriormente, Rondônia. (TEIXEIRA, 2008, p. 47).

152

A referida identidade, contudo, foi construída nas bases da exclusão social de caboclos e nordestinos migrados para o território. Grande parte dos trabalhadores que morreram na construção da Ferrovia Madeira-Mamoré era nordestina. De fato, a construção da ferrovia somente exacerbou as condições que foram vigentes durante todo o ciclo da borracha. De acordo com Martins (1981, p. 52) esse ciclo nada consolidou, “[...] deixando apenas a memória de um período de extrativismo brutal [...] a um custo social dos mais dramáticos que a América Latina conheceu neste século”.

Enquanto a Madeira-Mamoré era inaugurada, a produção brasileira de borracha iniciava sua derrocada. O crescimento da produtividade da borracha asiática passou a responder por grande parte do fornecimento da borracha mundial, diminuindo sobremaneira as exportações brasileiras do

produto. Com a crise da borracha, seringueiros de toda a Amazônia migraram para a extração de outros produtos. Em Rondônia tiveram destaque especial, a castanha e minérios (principalmente, cassiterita e ouro), que possibilitaram novas formas de organização produtiva.

O importante a se ressaltar é que o ciclo da borracha foi responsável, em Rondônia, por um período muito fértil quanto à estruturação inicial da terra. Os grandes seringalistas se apossavam de largas áreas de terra, possuindo alguns mais de 20 mil hectares. O afluxo de grande quantidade de nordestinos, que posteriormente tornaram-se posseiros, também foi responsável pela organização territorial do estado. Outra ação importante para o processo de formação do território rondoniense, concomitante com o ciclo da borracha, foi a Comissão Rondon que, além da *pacificação* de várias etnias indígenas, traçou a base inicial do que hoje é a rodovia BR 364, ligando a região ao Centro-Sul do país.

A COMISSÃO RONDON E A LIGAÇÃO DE RONDÔNIA COM O CENTRO-SUL

A Comissão Construtora de Linhas Telegráficas de Mato Grosso ao Amazonas, ou Comissão Rondon, como ficou conhecida, foi estratégia também muito importante para a ocupação do atual território de Rondônia. Concomitante com o ciclo da borracha foi responsável por garantir os limites a oeste do território brasileiro, pacificar diversos grupos indígenas e traçar o caminho inicial por onde avançaria a *Marcha para Oeste*, a partir da década de 1930. A região amazônica havia adquirido certa importância econômica devido à borracha, sendo que o Estado tinha como objetivo tirá-la do isolamento, estendendo

linhas telegráficas até a Amazônia. De acordo com Roquette-Pinto (1975, p. 29), “[...] os pontos extremos da linha seriam Cuiabá e Santo Antônio do Madeira. O fio Cruzaria o grande divisor de águas platinas e amazônicas”.

Um oficial do Corpo de Engenharia Militar, Cândido Mariano da Silva Rondon, foi o indicado para estender as linhas telegráficas no sentido oeste. A essa altura, Cuiabá já possuía ligação telegráfica com o Rio de Janeiro, restando então leva-la até o extremo oeste do país. A região rondoniense já possuía, então, certo desenvolvimento econômico, ligado à exploração da borracha, de uma pequena quantidade de metais preciosos e castanha. A preocupação do Governo, contudo, direcionava-se especificamente ao avanço de bolivianos sobre as terras do atual estado de Rondônia. Grande parte dos seringais rondonienses era comandada por seringalistas do país vizinho. Era necessário, assim, vigiar a posse brasileira nessa região. Darcy Ribeiro apresenta o indigenista Rondon, com certa admiração, descrevendo seu trabalho no atual território de Rondônia, entre 1907 e 1915.

[...] Rondon se põe em marcha com sua equipe, rumo ao desconhecido. Seriam oito anos de ingentes esforços, de sacrifícios, de privações; mas oito anos, também cheios de magníficas realizações. Ao fim deles a Comissão Rondon construíra os 2.268 quilômetros de linhas telegráficas, a maior parte através de regiões nunca antes palmilhadas por civilizados; procedera ao levantamento geográfico de 35 mil quilômetros lineares por terra e por água; determinara mais de duzentas coordenadas geográficas; inscrevera na carta de Mato Grosso cerca de quinze rios até então

desconhecidos [...] Maior, porém que a obra científica foi a humanística. Num tempo em que os índios eram espingardeados como feras junto a zonas povoadas próximas a cidades modernas como São Paulo, Rondon, ao penetrar os sertões mais ermos, fora ao encontro das tribos mais aguerridas do país, levando-lhes uma mensagem de paz e abrindo novas perspectivas nas relações da sociedade brasileira com povos indígenas. (RIBEIRO, 1996, p. 135-136).

Certamente, é difícil comparar a violência declarada, promovida pelos bandeirantes e seringalistas de toda a Amazônia, com a violência velada e, muitas vezes, despercebida, de Rondon. Talvez seja mais fácil compará-la com a violência dos jesuítas, quando, não intencionalmente, amansavam os índios para que os sertanistas os escravizassem mais facilmente. Aproximase mais da realidade, na idéia aqui defendida a concepção de Souza (2002, p. 31), segundo a qual: “A partir de 1907, sua atuação nessa região estabeleceu as bases para um sistema de comunicações via telégrafo e, ao mesmo tempo, abriu caminho para a progressiva incorporação das terras indígenas à exploração capitalista”.

Nesse sentido, foi *pacificada* uma imensa diversidade de etnias indígenas nos atuais estados de Mato Grosso e Rondônia. A real preocupação, no entanto, estava direcionada à ocupação e controle de um espaço ameaçado pelo país vizinho. Já se preparava, também, uma nova forma de exploração econômica, em vista do, então aparente, declínio da economia da borracha. Foram formados, por Rondon, de acordo com Souza (2002), a partir dessa idéia, núcleos de povoamento (postos telegráficos) em Vilhena, Pimenta Bueno, Presidente

Hermes, Presidente Pena (atual Ji-Paraná), Jarú e Ariquemes, cortando, em seu trajeto, os vales do rio Machado e do rio Jamari. O caminho traçado por Rondon tornar-se-ia, posteriormente, a BR 364, principal via de ligação do território rondoniense com o Centro-Sul do país. Os postos telegráficos, por sua vez, tornaram-se algumas das principais cidades do estado.

A Comissão Rondon foi, certamente, a base para a ocupação mais consistente do atual estado de Rondônia a partir de meados do século XX. Como foi mencionado, preparou o terreno para a ocupação econômica do estado. Amansou tribos indígenas hostis e estabeleceu o caminho pelo qual penetraria a civilização. Os postos telegráficos foram a semente das primeiras cidades do território, congregando a população de seringueiros, garimpeiros e alguns pequenos produtores que viviam em seu entorno. O processo efetivo de ocupação, no entanto, foi planejado apenas a partir da década de 1930, no governo Vargas, conforme se destacaremos a seguir.

DA REVOLUÇÃO DE 1930 AO GOLPE DE 1964: PLANEJAMENTO INICIAL NA CONSTITUIÇÃO DO TERRITÓRIO RONDONIENSE

Configurou-se, a partir da Revolução de 1930, uma nova estrutura política no Estado brasileiro. Estava em processo no país, a transição entre uma economia agro-exportadora e uma urbano-industrial. Mais que em qualquer outro momento da vida política brasileira, o discurso de integração regional e da nacionalidade toma corpo. Machado (1995) destaca, através das idéias de Oliveira Vianna, que se pregava a necessidade de unir o Brasil Real e o Brasil Legal,

promovendo a centralidade que acabasse com os clãs regionais. O oeste representava, nesse contexto, a região a ser ocupada. Os *espaços vazios* do Cerrado e da Amazônia deveriam ser ocupados, garantindo a manutenção das fronteiras e a criação de um mercado interno mais amplo. A opção do Governo Vargas foi, primeiramente, de *ocupar o Brasil com brasileiros*. A imigração estrangeira deixa de ser uma prioridade, que passa a ser agora o aproveitamento das populações nacionais.

[...] entre 1930 e 1937, verifica-se a passagem de uma política de imigração, que utiliza as populações estrangeiras para fins de colonização, para uma política de orientação das migrações internas e de colonização em proveito das populações nacionais. (SANTOS, 1993, p. 24).

Os primeiros anos do Governo Vargas não foram os mais efetivos na ocupação dos *espaços vazios* com os trabalhadores nacionais, apesar de tal objetivo já estar explícito na Constituição de 1934. Foram formados alguns poucos núcleos de colonização em diferentes regiões do Brasil. Além dos núcleos de colonização Santa Cruz e São Bento, no Rio de Janeiro, existem informações sobre a instalação de uma população de 22.854 agricultores, em 5.377 lotes rurais. Em 1935 foram transferidos, ainda, 23.000 *trabalhadores nacionais* para São Paulo e outros estados do sul (SANTOS, 1993). No futuro território de Rondônia foram desenvolvidas, em 1937, as colônias agrícolas Antenor Navarro, Iata e Candeias. Essas colônias foram instaladas nas margens da ferrovia Madeira-Mamoré e tinham como objetivo central *vigiar* a fronteira.

Com o início da ditadura Vargas, a partir de 1937, o Estado passa a cumprir,

essencialmente, o papel centralizador que caracterizou o período. “O Estado já não era apenas um mediador. Sobretudo a partir da década de 40 passou a ser também um agente de transformação direto do processo econômico” (VELHO, 1979, p. 127). O Estado apresentava agora, declaradamente, sua opção pela modernização do país e pela indústria. Nesse sentido, foram planejadas diversas ações, com destaque para o Plano Rodoviário Nacional e para propostas de Reestruturação da divisão territorial dos estados.

Foi dentro do Plano Rodoviário Nacional, em 1944, que foi planejada a rodovia Cuiabá-Porto Velho (BR 364). Sua construção foi interrompida em 1947, após 55 km construídos, e somente foi completada em 1960, constando apenas da ligação entre Cuiabá e Porto Velho (LISBOA, 1990). E entre as propostas de reorganização territorial dos estados criou-se o Território Federal do Guaporé, atual estado de Rondônia. O objetivo principal era, sem dúvida, garantir a segurança da fronteira oeste e garantir o controle federal de uma área estratégica para a centralização do poder, almejada por Getúlio Vargas.

É importante ressaltar que a criação do Território Federal do Guaporé atendeu também aos interesses das elites locais, que viam nessa ação a única forma de manter a antiga economia extrativista baseada no barracão, no latifúndio e na exportação. O que foi de encontro com os objetivos do Governo Federal, que também não vislumbrava a implantação de uma colonização baseada na pequena propriedade, mas sim, desviar os conflitos agrários do Nordeste e os conflitos urbanos das grandes capitais para o extremo oeste (SOUZA, 2002).

O desvio dos conflitos agrários do

Nordeste se deu, em parte, com a nova corrida pela borracha durante a Segunda Grande Guerra Mundial. De acordo com Teixeira (1996, p. 94), “[...] a eclosão da guerra encontrou a economia amazônica num estado de grande penúria”.

Os seringais da Amazônia, envoltos então naquela atmosfera depressiva, deviam ser reanimados, pois precisavam ser a única solução para o que já se configurava como um verdadeiro desastre. O problema da mão-de-obra necessária para sua reativação tornava-se desse modo um componente decisivo com que os americanos viam a própria solução do conflito. Como havia a previsão de que durante o esforço de guerra dever-se-ia produzir cerca de 70.000 toneladas de borracha, seria preciso mobilizar pelo menos 100.000 trabalhadores. (TEIXEIRA, 1996, p. 95).

Mais uma vez os nordestinos foram tangidos para a Amazônia. Mas, agora, com status de *soldados da borracha*. A produção de borracha, que passava por um declínio constante, desde 1912, sofreu durante a II Guerra um relativo incremento, reativando a economia e o poder na região que seria o estado rondoniense. “A produção de borracha quase dobrou, passando de 11.000 toneladas em 1939 para 21.000 em 1944, embora isso pouco representasse face à grandeza da produção asiática” (TEIXEIRA, 1996, p. 97).

A *batalha da borracha* representou uma reativação econômica momentânea da produção gomífera em Rondônia. Permitiu que os grandes seringalistas rondonienses se fortalecessem, ainda que temporariamente. Com o fim da guerra, no entanto, os seringais e a produção da borracha entram novamente em

letargia, e desta vez bem mais profunda. Em Rondônia, muitos dos seringueiros ingressaram, nesse contexto, nos garimpos de cassiterita, que já vinham surgindo. De acordo com Lopes (1983), da coleta do látex passava-se à utilização da bateia.

Houve a tentativa do Estado, nos Governos Dutra e Vargas, de promover a ocupação produtiva com base na agricultura no estado, através da instalação de Colônias Agrícolas em diferentes regiões. Contudo, esse processo ocorreu de forma lenta e sem investimentos.

No período entre 1948 e 1959, o Governo do então território de Rondônia criou as colônias agrícolas do Iata, em Guajará-Mirim, e as do Areia Branca, Candeias, Nipo-Brasileira, 13 de setembro e Paulo Leal em Porto Velho. Entre a capital do território e a vila de Calama surgiu espontaneamente a colônia do Beiradão. (LOPES, 1983, p. 11).

Muitos seringueiros, com o fim da batalha da borracha, foram incluídos nos projetos das Colônias Agrícolas. Entre as colônias citadas por Lopes (1983), acima, apenas a Colônia Nipo-Brasileira, criada em 1948, respondeu ao objetivo de produzir excedentes agrícolas para as cidades em desenvolvimento no território, em especial, Porto Velho e Guajará-Mirim. A falta de apoio do Estado para a estruturação das colônias foi o principal objetivo de seu perecimento. A Colônia Nipo-Brasileira somente sobreviveu devido ao apoio financeiro da embaixada japonesa em Belém. Como em outros momentos da história rondoniense, o objetivo do Estado foi o de garantir os direitos de grandes latifundiários e do capital nacional e

internacional.

Foi, no entanto, com a cassiterita que o território rondoniense saiu, momentaneamente, da crise da borracha e do extrativismo. O surto da cassiterita promoveu um novo alento para uma massa de seringueiros que estava ociosa nas cidades ou trabalhando na coleta de castanha. Já nesse período, também, a cassiterita trouxe um pequeno fluxo migratório das regiões próximas ao estado, em especial, do Amazonas e Mato Grosso.

Descoberta em 1952 nas terras abandonadas do seringalista Joaquim Pereira da Rocha, somente em 1960 começa a grande corrida em direção aos garimpos de cassiterita. A corrida foi tão intensa que Porto Velho, nos fins de semana, chagava a reunir mais de 5 mil trabalhadores procedentes das zonas de garimpo. (MARTINS, 1981, p. 65).

A produção, nesse período, era realizada de forma artesanal. Cada indivíduo ou pequeno grupo *bateava* nos igarapés e rios de toda bacia do Jamari e Machado, principalmente. Essa corrida informal da cassiterita não durou muito tempo. Após o golpe de 1964, a garimpagem individual foi proibida e as jazidas do minério foram cedidas à exploração de grandes conglomerados nacionais e, principalmente, internacionais. De acordo com Teixeira (1996), eram, pelo menos, 10.000 garimpeiros que, com a proibição foram excluídos. Destes, alguns foram mandados para outros locais da Amazônia e outros permaneceram no estado, na maioria dos casos, envolvidos em conflitos agrários.

O período da exploração da cassiterita em Rondônia foi, certamente, o que mais

representou a entrega das riquezas para grupos internacionais. Com as riquezas minerais foram, também, as terras entregues. Entre os grupos que passaram a atuar na exploração da cassiterita em Rondônia, destacam-se a Mineração Brasiliense S/A, Companhia de Mineração Jacundá S/A (Grupo Shell), Mineração Oriente Novo (Grupo Itaú), DRAMIN do Brasil S/A, Mineração Taboca S/A (Grupo Paranapanema) (OLIVEIRA, 1993; GARRIDO FILHA, 1980). Em especial, a partir do início da década de 1970, essas empresas não somente dominaram a exploração da cassiterita, como se apossaram de largas glebas de terras no estado. Essas empresas, ou suas subsidiárias, controlam ainda hoje grandes espaços de terra em Rondônia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No processo de formação territorial do Brasil toma parte uma infinidade de fatores. Foi regra, contudo, a ação de exploração dos recursos naturais e da população autóctone. Índios e, posteriormente, africanos foram escravizados em nome da conquista do novo mundo. Os conquistadores europeus, em especial os portugueses, não promoveram a construção de uma nova sociedade, mas, ao contrário, degradaram aquela que já habitava o território brasileiro. Em território amazônico esse processo ocorreu de forma relativamente tardia, mas não menos violenta. Populações indígenas foram massacradas em favor do enriquecimento de uma pequena elite européia.

A dinâmica de constituição do atual estado de Rondônia seguiu esse mesmo contexto. Passou pela fase de massacre de diversas etnias pelos bandeirantes, pelo

adestramento do que sobrou destas mesmas etnias por sertanistas como o Marechal Rondon e, a partir da década de 1960, vários outros grupos foram tangidos para o território rondoniense. Nordestinos privados da terra no Nordeste se transformaram em seringueiros na Amazônia, índios foram *civilizados* de forma desigual, sulistas (em especial, paranaenses) excluídos pela modernização agrícola foram despejados em Rondônia como mão de obra para a expansão do capital.

Entende-se que todo este processo de ocupação do território rondoniense revestiu-se de extrema violência. Propagou-se a idéia de que o estado foi exemplo de um sistema democrático de acesso à terra, mas, de fato, o que ocorreu foi a expropriação dos grupos que já trabalhavam na terra pelas empresas de capital internacional e nacional, com apoio do Estado. Desde o período colonial o que pode ser analisado é que a população local cumpriu apenas papel de mão de obra, seja escrava ou não. O ciclo da borracha a partir de meados do século XIX foi exemplo desse processo. Além das populações locais que exploravam a borracha sob a tutela das missões jesuítas, consideráveis levas de nordestinos foram tangidos para a Amazônia. As condições de vida desta população eram as piores imagináveis. Grande quantidade de nordestinos morreu nas colocações dos seringais. Somente durante a construção da *Ferrovia do Diabo* (Madeira – Mamoré), foram mais de 2.500 mortos, em conflitos com grupos indígenas ou por doenças como a malária.

O período posterior, que se inicia com a Revolução de 1930, não mudou muito quanto à forma em que se ocupava o território de Rondônia. O processo foi, contudo, intensificado de forma rápida. A opção do

governo Getúlio Vargas pela industrialização do país promoveu o planejamento de estradas que ligaram o norte ao Centro-Sul, ocupando o *espaço vazio* que representava a Amazônia. A Marcha para Oeste, apresentada no livro de mesmo nome de Cassiano Ricardo, voltou as atenções do Estado brasileiro para a região amazônica. E, conseqüentemente, este processo preparou o ambiente para a ocupação definitiva do atual estado de Rondônia. A construção da Rodovia BR 364 foi o grande símbolo deste avanço para o norte e para o oeste. Desta forma, quando assume o Governo Militar em 1964, todo o contexto de ocupação do espaço rondoniense pelo capital com apoio do Estado, já estava dado. E entendemos que foi este o modelo seguido pelos militares durante os 20 anos subseqüentes. Ou seja, o modelo que expropriou, a um só tempo, índios, nordestinos, sulistas, entre outros. Estes quando não foram mortos, constituíram a mão-de-obra necessária para a expansão do capital.

O território que constitui o estado de Rondônia, atualmente, foi forjado em um contexto de violência, ora explícita ora velada, que promoveu a desterritorialização de diversos grupos sociais. O resultado apresenta-se hoje por meio de um grupo de produtores rurais sem-terra que ultrapassa as 20 mil famílias. Estas famílias mantêm uma luta diária pelo reconhecimento de seu direito à terra e às condições mínimas de cidadania. Entende-se, contudo, que a desigualdade na distribuição de terra e renda no estado de Rondônia repete as condições pelas quais ocorreu o processo histórico que descrevemos acima. Ou seja, mantêm-se uma pequena elite com grandes privilégios dominando uma larga massa de expropriados dos meios de produção, em especial, da terra de trabalho.

Somente uma profunda reestruturação na posse da terra, na idéia aqui defendida, poderia amenizar esta situação, proporcionando um ambiente mais democrático e menos desigual.

NOTAS

ⁱ Professor da Universidade Estadual de Goiás e Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

E-mail: murilosouza@hotmail.com

ⁱⁱ Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

¹ As drogas do sertão constituíam uma larga diversidade de produtos conhecidos e utilizados pelas populações indígenas, entre as quais, destacam-se: canela, salsaparrilha, baunilha, pimenta, cravo, urucum, castanha, guaraná, madeira, anil, gergelim, cacau, entre outros. No território rondoniense, especificamente, a extração do cacau constituiu uma importante atividade econômica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, J. C. *Capítulos de história colonial (1500-1800) e os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. 5. ed. Brasília: Editora da UnB, 1963.

BECKER, B. K. *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

CPT/RONDÔNIA. *Programa Terra Legal: material interno de formação*. 2009. (Impresso).

CUNHA, E. *À margem da história*. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Temas Brasileiros).

CUNHA, S. R. P. *O xadrez da terra: um estudo da*

- colonização de Rondônia*. 1985. 154 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sócio-Ambientais) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, Belém, 1985.
- GARRIDO FILHA, I. *O projeto Jarí e os capitais estrangeiros na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- HUGO, V. *Desbravadores*. v. 1. Humaitá: Editora da Missão Salesiana de Humaitá, 1959.
- LISBOA, P. L. B. *Rondônia: colonização e floresta*. Brasília: CNPq/AED, 1989.
- LOPES, E. S. A. *Colonização agrícola em Rondônia: a relação parceiro – agregado como manifestação de resistência à expropriação*. 1983. 113 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agrícola) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1983.
- MACHADO, L. O. Origens do pensamento geográfico no Brasil: o meio tropical, espaços vazios e a idéia de ordem (1870-1930). In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 309-353.
- MARTINS, E. *Amazônia, a última fronteira*. Rio de Janeiro: Codecri, 1981. (Coleção Edições Pasquim, v. 103).
- MORAES, A. C. R. *Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no longo século XVI*. São Paulo: HUCITEC, 2000.
- OLIVEIRA, A. E. Ocupação humana. In: SALATI, E. et al. *Amazônia: desenvolvimento, integração e ecologia*. São Paulo: Brasiliense, 1983. pppp
- OLIVEIRA, A. U. *Integrar para entregar: políticas públicas e Amazônia*. Campinas: Papyrus, 1988. (série educando).
- _____. *Amazônia: monopólio, expropriação e conflito*. 4. ed. Campinas: Papyrus, 1993. (Série Educando).
- PRADO JR, C. *História econômica do Brasil*. 17 ed. São Paulo: Brasiliense, 1974.
- PILLON, J. J. *Amazônia: último paraíso terrestre*. Santa Maria: Editora Palloti, 2002. (Estudos Amazônicos).
- RIBEIRO, D. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas na Brasil moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- ROQUETE-PINTO, E. *Rondônia*. 6. ed. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1975. (Brasiliana, v. 39).
- SANTOS, R. *História econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.
- SANTOS, J. V. T. *Matuchos - exclusão e luta: do sul do para a Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- SILVA, A. G. *Amazônia: Porto Velho*. Porto Velho: Palmares, 1991.
- SMITH, A. *Os conquistadores do amazonas: quatro séculos de exploração e aventura no maior rio do mundo*. São Paulo: Nova Cultural, 1990.
- SOUZA, V. A. *(Des)ordem na fronteira: ocupação militar e conflitos sociais na bacia do Madeira-Mamoré (30/40)*. 2002. 177 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2002.
- TEIXEIRA, C. C. *Seringueiros e colonos: encontro de culturas e utopias de liberdade em Rondônia*. 1996. 357 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.
- TEIXEIRA, M. A. D. *O rio e os tempos: reflexões sobre a colonização e as questões ambientais do vale*

do Madeira entre os séculos XVII e XXI. Revista Saber Científico, n. 1, v. 2, 2008, p. 224-292.

VELHO, O. G. *Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento*. 2. ed. São Paulo: Difel,

1979.

WEINSTEIN, B. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: HUCITEC, 1993.
